

CARREIRAS POLICIAIS

600 questões gabaritadas
- Praticando



CÓD: SL-0460T-22
7908433227762

ÍNDICE

1. Língua Portuguesa.....	5
2. Informática	93
3. Matemática, Raciocínio Lógico e Estatística	109
4. Direito Constitucional	125
5. Direitos Humanos	153
6. Administração Geral e Pública	160
7. Direito Administrativo	164
8. Direito Penal	182
9. Direito Processual Penal	208
10. Legislação Penal e Processual Penal	234
11. Criminologia	242
12. Medicina Legal.....	250

vas, a princesa esqueceu?

Através do vidro, a estrela maior (Vênus) pulsava reflexos azuis. Gostaria de estar numa nave, mas com o motor desligado, sem ruído, sem nada. Quieta. Ou neste carro silencioso mas sem ele. Já fazia algum tempo que eu queria estar sem ele, mesmo com o problema de ter acabado a gasolina.

— As coisas ficariam mais fáceis se você fosse menos grosso — eu disse, entreabrindo a mão e experimentando a lanterna no pedregulho que achei na estrada.

— Está bem, minha princesa, se não for muito incômodo, será que poderia me passar a lanterninha?

Quando me lembro dessa noite (e estou sempre lembrando) me vejo repartida em dois momentos. antes e depois. Antes, as pequenas palavras, os pequenos gestos, os pequenos amores culminados nesse Fernando, aventura medíocre de gozo breve e convivência comprida. Se ao menos ele não fizesse aquela voz para perguntar se por acaso alguém **tinha levado** a sua caneta. Se por acaso alguém **tinha pensado** em comprar um novo fio dental, este estava no fim. Não está, respondi, é que ele se enredou lá dentro, se a gente tirar esta plaqueta (tentei levantar a plaqueta) a gente vê que o rolo está inteiro mas enredado e quando o fio se enreda desse jeito, nunca mais!, melhor jogar fora e começar outro rolo. Não joguei. Anos e anos tentando desenredar o fio impossível, medo da solidão? Medo de me encontrar quando tão ardentemente me buscava?

Lygia Fagundes Telles. Noturno Amarelo. In. Mistérios. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1981 (com adaptações).

Julgue o item seguinte, relativos aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto precedente.

Os sentidos e a correção gramatical do texto seriam preservados se as locuções verbais “tinha **levado**” e “tinha **pensado**” fossem substituídas pelas formas verbais **levava** e **pensava**, respectivamente.

() Certo

() Errado

10. COPS UEL - Esc Pol (PC PR)/PC PR/2018

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Leia o texto a seguir e responda à questão.

Fatos não se discutem; opiniões, sim. Mas que é fato? É a coisa feita, verificada e observada. Mas convém não confundir fato com indício. Os fatos, devida e acuradamente observados, levam ou podem levar à certeza absoluta; os indícios nos permitem apenas inferências de certeza relativa, pois expressam somente probabilidade ou possibilidade.

Inferir é concluir, é deduzir pelo raciocínio apoiado apenas em indícios. Dizer, por exemplo, que “Fulano é ladrão, porque, de repente, começou a ostentar um padrão de vida que seu salário ou suas conhecidas fontes de renda

não lhe poderiam jamais proporcionar”, é inferir, é deduzir pelo raciocínio a partir de certos indícios. O que assim se declara a respeito desse fulano é possível, é mesmo provável, mas não é certo porque não provado.

É evidente que o grau de probabilidade das inferências varia com as circunstâncias. há inferências extremamente prováveis e inferências extremamente improváveis. É extremamente provável que no verão chova com mais frequência do que no inverno; mas é improvável que a precipitação pluvial no mês de janeiro deste ano seja maior do que a do mês de janeiro do ano próximo. É o maior ou menor grau de probabilidade que condiciona o nosso comportamento diário e o nosso juízo em face das coisas e pessoas. Se o céu está carregado de nuvens densas que obscurecem o Sol, é provável que chova. levo o guarda-chuva. Se o professor que, durante anos, nunca faltou a uma aula, deixou de comparecer hoje, é provável que esteja doente. vamos visitá-lo ou telefonar-lhe. Se um aluno, durante a prova, se comunica com um dos colegas ou parece consultar caderno de notas sob a carteira, é provável que esteja colando. tomemos-lhe a prova e **demos-lhe(IV)** zero. Não obstante. pode não chover, o professor pode estar viajando, o aluno pode estar apenas pedindo ao colega que o espere após a prova, ou o caderno consultado pode não ter nenhuma relação com a matéria da prova. Nossa reação ou comportamento em face desses indícios foi de uma pura inferência; daí, os enganos em que verificamos **ter incorrido(III)**, quando nos defrontamos com os fatos. não choveu (e o guarda-chuva se revela o trambolho ridículo que é em dia de Sol), o professor não está doente (e a nossa visita ou telefonema podem significar perda de tempo, se bem que não lastimável) e o aluno não **estava colando(III)** (a punição foi injust(A)). Agimos por presunção, porque inferimos, baseados apenas em indícios.

Posso provar que a água congela a 0 grau. basta servir-me do termômetro. O congelamento é um fato que pode ser verificado, testado, medido. Por isso prova. Pode-se provar que Fulano matou Beltrano. o fato foi testemunhado por pessoas dignas de crédito e o exame de balística provou que a bala, encontrada no corpo da vítima, foi indiscutivelmente disparada pela arma em que o acusado deixara suas impressões digitais. Mas não se pode provar que o acusado tinha, realmente, a intenção de matar, pois os elementos disponíveis – como, por exemplo, saber a quem aproveitaria a eliminação da vítima – constituem apenas indícios, e não fatos ponderáveis e mensuráveis. Indícios podem persuadir, mas não provam. São argumentos persuasivos capazes de levar os jurados a presumir que o acusado é o criminoso; mas o grau de certeza desse julgamento é muito relativo. a sentença será possivelmente mas não justa certamente.

(GARCIA, O. M. Fatos e Indícios. In. Comunicação em Prosa Moderna. 19.ed. Rio de Janeiro. FGV, 2000.

(E) <documentos>.txt e \cópias.txt

13. VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Windows 10

Em um computador com mouse e o sistema operacional Windows 10, ambos em suas configurações padrão, colocou-se em uma pasta três arquivos, de nomes A.txt, B.txt e C.txt.

Em seguida foram realizados os seguintes procedimentos.

1. Os três artigos foram selecionados.
2. Pressionou-se o botão direito do mouse, com o cursor do mouse sobre A.txt.
3. Na lista de opções que surge na tela, selecionou-se Renomear.

4. O nome A.txt é selecionado para permitir a sua alteração, e, em seguida, digitou-se X seguido da tecla Enter. Após a digitação realizada em 4), os arquivos A.txt, B.txt e C.txt passarão a ter, respectivamente, os nomes.

- (A) X.txt, X - Cópia.txt e X - Cópia (2).txt.
- (B) X1.txt, X2.txt e X3.txt.
- (C) X.txt, B.txt e C.txt.
- (D) XA.txt, XB.txt e XC.txt.
- (E) X (1).txt, X (2).txt e X (3).txt.

14. VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Windows 10

A Área de Transferência é um recurso presente em diversos sistemas operacionais, como o Windows 10.

Nesse sistema operacional, a Área de Transferência

- (A) permite que ela seja utilizada em nuvem, possibilitando que se copie imagens e textos de um computador para outro.
- (B) permite que ela seja limpa por completo pelo usuário, não sendo possível a escolha de apenas alguns itens que não serão apagados.
- (C) permite armazenar apenas textos simples, com poucos caracteres e sem formatação.
- (D) possui o recurso de fixar itens, que cria uma tecla de atalho para esses itens.
- (E) é destinada à transferência exclusivamente entre programas da Microsoft, como o MS-Office, não podendo ser utilizada para transferência com outros programas.

15. FGV - Inv Pol (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Windows 10

No âmbito do Windows 10, analise as afirmativas a seguir sobre a Barra de Tarefas.

I. Permite armazenar arquivos frequentemente utilizados.

II. Permite fixar programas e aplicativos para acesso rápido.

III. Pode ser usada para abrir o Gerenciador de Tarefas. Está correto o que se afirma em.

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

16. FGV - Inv Pol (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Windows 10

No Windows 10, o aplicativo Limpeza de Disco, disponível em Ferramentas Administrativas do Windows, no menu Iniciar, oferece diversas opções de grupos de arquivos que podem ser removidos, EXCETO.

- (A) arquivos da Área de Trabalho;
- (B) arquivos de Internet Temporários;
- (C) Lixeira;
- (D) Miniaturas;
- (E) relatórios de erros do Windows.

17. FGV - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Windows 10

Na interface do Windows 10, o painel que serve para fixar aplicativos frequentemente utilizados é conhecido como.

- (A) Acesso rápido;
- (B) Área de Trabalho Remota (Remote Desktop);
- (C) Barra de Tarefas (Taskbar);
- (D) Cortana;
- (E) Menu iniciar (Start Menu).

18. FGV - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Windows 10

João tem em seu computador um arquivo denominado "teste.PDF" e gostaria que o Windows 10 o abrisse sempre com o Google Chrome. Porém, toda vez que tenta abrir esse arquivo a partir do Explorador de Arquivos do Windows 10, é o Adobe Acrobat Reader que é invocado.

João pediu ajuda sobre como proceder para alcançar esse objetivo, sendo que os demais arquivos PDF da pasta continuariam abrindo normalmente no Adobe Acrobat Reader.

Das cinco sugestões que recebeu, a única correta foi.

- (A) abra a janela de Propriedades do arquivo no Explorador de Arquivos e use o botão Alterar no item Abrir como;
- (B) abra a opção Configurações no menu Iniciar e clique no item Aplicativos e recursos e localize o Chrome na opção Aplicativos padrão;
- (C) abra a opção Configurações no menu Iniciar e cli-

Em $T = 0$, o aparelho será ligado, e as lâmpadas acenderão e apagarão conforme mencionado, obedecendo-se à seguinte regra. sendo $T = m$ o momento em que uma lâmpada acende, ela ficará acesa até o momento $T = m + 10$ e então apagará; a próxima lâmpada acenderá no momento $T = m + 20$ e ficará acesa até o momento $T = m + 30$, quando apagará; e assim sucessivamente.

Com base nessas informações, julgue o item seguinte. Quando T for múltiplo de 180, sempre haverá uma das lâmpadas azuis, A1 ou A2, acesa.

- Certo
 Errado

12. CEBRASPE (CESP(E) - Esc Pol (PC DF)/PC DF/2021

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MM(C)

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

Um foragido da justiça, que gostava de se exibir perante seus comparsas e conhecia um pouco de matemática, ligou para a polícia e passou as seguintes informações. “em 30 minutos, eu estarei na rua Alfa, em uma casa, do lado direito da rua, cujo número tem as seguintes características. é inferior a 1.000, o algarismo das centenas é igual ao número de diagonais de um retângulo e, além disso, a parte do número formada só pelos algarismos das dezenas e das unidades é múltiplo de 7”. Uma viatura foi deslocada para o intervalo de casas da rua Alfa correspondente ao algarismo das centenas revelado. Lá chegando, os policiais verificaram que, nesse trecho da rua Alfa, os números das casas tinham as seguintes características. os algarismos das dezenas e das unidades começavam de 01 e de uma casa para a próxima eram acrescentadas 8 unidades. Nessa situação, o número da casa informado pelo foragido é inferior a 250.

- Certo
 Errado

13. FGV - Inv Pol (PC AM)/PC AM/4ª Classe/2022

Assunto: Análise combinatória (princípio fundamental da contagem, arranjos, combinações, permutações)

Os times X (Nacional) e Y (São Raimundo) jogaram pelo campeonato amazonense e 5 gols foram marcados. Sílvia viu o jogo e fez uma lista da ocorrência dos gols como mostra o quadro abaixo.

	Gol de
1ºtempo - 23min	X
1ºtempo - 44min	
2ºtempo - 55min	
2ºtempo - 70min	
2ºtempo - 91min	

Por algum motivo, só a primeira anotação permaneceu, mas Sílvia lembra-se que o time X ganhou a partida.

A coluna dos gols pode ter sido preenchida por Sílvia do seguinte número de maneiras.

- (A) 5.
 (B) 7.
 (C) 9.
 (D) 11.
 (E) 13.

14. CEBRASPE (CESP(E) - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2021

Assunto: Análise combinatória (princípio fundamental da contagem, arranjos, combinações, permutações)

Um agente, com o objetivo de mensurar o risco de propagação da covid-19 em uma investigação na qual averiguava um possível descumprimento do artigo 268 do Código Penal, que define como crime de infração de medida sanitária “infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa”, obteve de uma testemunha as informações a seguir.

Houve, no local investigado, uma festa, com aglomeração de moças e rapazes; não havia álcool em gel e ninguém estava usando máscaras. Cada rapaz cumprimentou exatamente uma vez a todos os outros rapazes com apertos de mão.

Cada moça cumprimentou exatamente uma vez a todos os outros presentes com um aceno.

Considerando que são verdadeiras as informações prestadas pela testemunha da situação hipotética precedente, julgue o item a seguir.

O número total de cumprimentos ocorridos na festa — acenos e apertos de mão — é proporcional ao número de pessoas presentes.

- Certo
 Errado

15. CEBRASPE (CESP(E) - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2021

Assunto: Análise combinatória (princípio fundamental da contagem, arranjos, combinações, permutações)

Um agente, com o objetivo de mensurar o risco de propagação da covid-19 em uma investigação na qual averiguava um possível descumprimento do artigo 268 do Código Penal, que define como crime de infração de medida sanitária “infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa”, obteve de uma testemunha as informações a seguir.

Houve, no local investigado, uma festa, com aglomeração de moças e rapazes; não havia álcool em gel e ninguém estava usando máscaras. Cada rapaz cumprimentou exatamente uma vez a todos os outros rapazes com apertos de mão.

Cada moça cumprimentou exatamente uma vez a todos os

10. FGV - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (A) rt. 5º da CF/1988)

Eunice, servidora pública estadual, preencheu os requisitos para a fruição de determinado benefício assegurado pelo regime jurídico único dos servidores. Ocorre que, no dia anterior àquele em que iria requerê-lo, a lei foi alterada, e o benefício, suprimido. Apesar disso, um amigo lhe informou, corretamente, que o seu direito ao benefício não seria afetado pela nova lei, o que decorria da garantia constitucional do(A)).

- (A) coisa julgada;
- (B) direito adquirido;
- (C) ato jurídico perfeito;
- (D) expectativa legítima;
- (E) legalidade imanente.

11. FGV - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (A) rt. 5º da CF/1988)

Determinada associação, direcionada ao desenvolvimento psicossocial da pessoa e da família, foi objeto de muitas críticas no âmbito da Secretaria de Apoio Familiar do Estado-membro Alfa. Argumentava-se que diversas atividades desenvolvidas pela associação eram moralmente reprováveis, além de representarem apologia ao crime.

Em razão desses fatos, a assessoria jurídica foi consultada a respeito da possibilidade de a associação ter suas atividades suspensas, sendo respondido, corretamente, que a suspensão alvitrada.

- (A) somente seria possível após a condenação em processo administrativo;
- (B) somente seria possível por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado;
- (C) não seria possível, pois a liberdade de associação tem estatuto constitucional;
- (D) exige decisão transitada em julgado, quer seja proferida em processo administrativo, quer em processo judicial;
- (E) exige o julgamento do ilícito em processo administrativo, requisito da ação judicial na qual a suspensão será requerida.

12. FGV - Inv Pol (PC AM)/PC AM/4ª Classe/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (A) rt. 5º da CF/1988)

Em razão da crise financeira que assolava sua região, João estava muito preocupado pelo fato de não estar conseguindo pagar uma série de dívidas, o que, a seu ver, poderia acarretar a sua prisão.

Por tal razão, consultou um advogado, que o informou corretamente que a decretação da prisão civil por dívida

(A) não é admitida, em nenhuma hipótese, pela ordem constitucional brasileira.

(B) só é admitida na hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.

(C) só é admitida na hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e na do depositário infiel.

(D) só é admitida nas hipóteses em que haja ordem judicial específica para o pagamento da dívida, qualquer que seja sua origem.

(E) só é admitida na hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia, na do depositário infiel e na hipótese de abandono material de idosos.

13. FGV - Inv Pol (PC AM)/PC AM/4ª Classe/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (A) rt. 5º da CF/1988)

Maria e Joana, estudiosas do direito constitucional, travaram intenso debate a respeito do direito à igualdade. Maria defendia que, no Estado de Direito, a igualdade formal se identifica com a igualdade material, não sendo possível que a lei trate as pessoas de modo diferenciado, independente das razões que possam embasar essa medida. Joana, por sua vez, defendia que as ações afirmativas rompem com a igualdade formal com o objetivo de construir a igualdade material.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

(A) Maria está totalmente certa, pois o Estado de Direito não se compatibiliza com a aceção de pessoas, de modo que todos devem ser alcançados por bônus e ônus idênticos, enquanto Joana está totalmente errada por adotar premissa distinta.

(B) Maria e Joana estão totalmente erradas, pois a ordem jurídica não reconhece a dicotomia entre igualdade formal e igualdade material, bem como porque as ações afirmativas buscam declarar a juridicidade de situações já existentes.

(C) Maria e Joana estarão certas ou erradas conforme o referencial de proporcionalidade, de modo que restrições e concessões à esfera jurídica individual não podem ultrapassar o estritamente necessário.

(D) Maria e Joana estão totalmente certas, pois a igualdade formal e a igualdade material caminham juntas, enquanto as ações afirmativas aperfeiçoam a primeira para a construção da segunda.

(E) Joana está totalmente certa, pois a construção da igualdade material, por meio de ações afirmativas, passa por uma desigualdade formal, indicativo de que Maria está totalmente errada.

religião e de expressão; entre outros. A primeira parte do documento é constituída por apenas um artigo que se refere ao direito à Autodeterminação. Na segunda parte, fala-se de como os Estados aplicarão o instrumento. Na terceira parte, encontra-se o elenco dos direitos. Estes são os chamados “direitos de primeira geração”, ou seja, as liberdades individuais e garantias procedimentais de acesso à justiça e participação política. Na quarta parte, prevê-se a instituição do Comitê dos Direitos do Homem. Por último, na quinta parte, dispõem-se regras de interpretação; e, na sexta parte, regras sobre a entrada em vigor e vinculação dos Estados.

É correto afirmar que o enunciado refere-se

- (A) a Convenções e Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos.
- (B) à Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher “Convenção de Belém do Pará”.
- (C) à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).
- (D) à Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.
- (E) ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

11. FUMARC - Inv Pol (PC MG)/PC MG/2021

Assunto: Sistema interamericano de Direitos Humanos Sobre a organização da Corte Interamericana de Direitos Humanos, é correto afirmar, EXCETO.

- (A) A Comissão comparecerá em todos os casos perante a Corte.
- (B) A Corte compor-se-á de sete juízes, nacionais dos Estados Membros da Organização, eleitos a títulos pessoal dentre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as condições requeridas para o exercício das mais elevadas funções judiciais, de acordo com a lei do Estado do qual sejam nacionais, ou do Estado que os propuser como candidatos.
- (C) O juiz que for nacional do Estado-Parte que propôs o caso submetido à Corte não terá o direito de conhecer o mesmo.
- (D) Os juízes da Corte serão eleitos, em votação secreta e pelo voto da maioria absoluta dos Estados-Partes na Convenção, na Assembleia-Geral da Organização, de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados.

12. FUMARC - Inv Pol (PC MG)/PC MG/2021

Assunto: Sistema interamericano de Direitos Humanos “Instituição, no âmbito do sistema interamericano, responsável pelo recebimento de denúncias ou queixas de

violações de direitos humanos deflagradas por indivíduos ou por organizações não governamentais contra atos dos Estados.”

A instituição a que o texto faz referência é a

- (A) Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- (B) Comissão Jurídica Interamericana.
- (C) Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- (D) Organização dos Estados Americanos.

13. FUMARC - Esc Pol (PC MG)/PC MG/2021

Assunto: Sistema interamericano de Direitos Humanos A respeito da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, NÃO é correto afirmar.

- (A) A decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos tem força jurídica vinculante e obrigatória, cabendo ao Estado seu imediato cumprimento.
- (B) A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos admitirá apelação, que deverá ser proposta em até noventa dias a partir da data de notificação da sentença.
- (C) Não se poderá exigir responsabilidade em tempo algum dos juízes da Corte, nem dos membros da Comissão, por votos e opiniões emitidos no exercício de suas funções.
- (D) Os juízes da Corte e os membros da Comissão gozam, desde o momento de sua eleição e enquanto durar o seu mandato, das imunidades reconhecidas aos agentes diplomáticos pelo Direito Internacional.

14. VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2018

Assunto: Fontes, Classificação e Princípios dos Direitos Humanos Internacionais

Considerando a evolução histórica dos direitos humanos, assinale a alternativa que indica corretamente as três gerações de direitos, na ordem histórica em que elas são classificadas pela doutrina.

- (A) Direitos da coletividade; direitos de solidariedade ou de fraternidade; e direitos e garantias individuais.
- (B) Direitos de liberdade positiva; direitos de liberdade negativa; e direitos de solidariedade ou de fraternidade.
- (C) Direitos civis e sociais; direitos de liberdades e garantias individuais; e direitos coletivos e transindividuais.
- (D) Direitos de liberdade negativa, civis e políticos; direitos econômicos, sociais e culturais; e direitos de fraternidade ou de solidariedade.
- (E) Direitos trabalhistas; direitos sociais; e direitos da democracia.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

- (A) Diretriz
- (B) Clima
- (C) Prática
- (D) Estrutura
- (E) Cultura

14. VUNESP - Escr (PC B(A)/PC BA/2018

Assunto: Gestão por Processos (BPM CBOK, Ciclo PDCA, 6 Sigma etc.)

A segunda etapa na “rodagem” do ciclo PDCA refere-se

- (A) à execução do plano de ação previamente estabelecido.
- (B) ao estabelecimento do plano de ação com base nas diretrizes organizacionais.
- (C) à correção das falhas encontradas durante o processo de planejamento.
- (D) à identificação das diferenças entre o que foi planejado e o executado.
- (E) ao estabelecimento das metodologias a serem seguidas.

15. VUNESP - Inv (PC B(A)/PC BA/2018

Assunto: Gestão por Processos (BPM CBOK, Ciclo PDCA, 6 Sigma etc.)

A atuação corretiva sobre a diferença identificada entre o que foi planejado e o executado usando-se a metodologia do PDCA deve acontecer na fase ; caso contrário, haverá e

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.

- (A) C ... a finalização ... a conclusão do plano
- (B) A ... a padronização ... a conclusão do plano
- (C) D ... a ocorrência de erro ... a finalização
- (D) P ... o início do planejamento ... a retroação
- (E) D ... a conclusão do plano ... a ocorrência de erro

16. VUNESP - Inv (PC B(A)/PC BA/2018

Assunto: Gestão por Processos (BPM CBOK, Ciclo PDCA, 6 Sigma etc.)

Um primeiro passo para se estruturar uma organização por processos é a identificação da própria organização por meio do mapeamento dos fluxos mais importantes, das partes interessadas e suas necessidades, da estrutura organizacional e dos objetivos estratégicos da organização. Essa primeira fase representa a construção

- (A) das Hipóteses Prévias.
- (B) da Função Gerencial.
- (C) da Cadeia de Valor.

- (D) da Hierarquia Organizacional.
- (E) dos Indicadores de Gestão.

17. VUNESP - Escr (PC B(A)/PC BA/2018

Assunto: Método 5S

No modelo “gestão pela qualidade” uma das ferramentas de início para sua implantação é a que envolve limpeza, organização, preparação e sistematização do ambiente para a qualidade. O nome correto dessa ferramenta é

- (A) seiri.
- (B) diagrama de Ishikawa.
- (C) seiton.
- (D) 5S.
- (E) kaizen.

18. VUNESP - Escr (PC B(A)/PC BA/2018

Assunto: Excelência e qualidade nos Serviços Públicos (Gespública, MEGP)

Uma das principais características, dentre outras, da chamada “nova gestão pública”, que começou a ser instalada no Brasil ainda no final do século XX, em 1995, pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, é

- (A) o funcionalismo.
- (B) a desburocratização.
- (C) o humanismo.
- (D) a austeridade.
- (E) o formalismo.

19. VUNESP - Escr (PC B(A)/PC BA/2018

Assunto: Excelência e qualidade nos Serviços Públicos (Gespública, MEGP)

Um dos pressupostos do Modelo de Excelência em Gestão Pública é o de gerenciar considerando as múltiplas relações de interdependência entre as unidades internas de uma organização e entre a organização e outras organizações de seu ambiente externo. Esse pressuposto é representado

- (A) pela Orientação por Processos.
- (B) pela Liderança Transformacional.
- (C) pelo Pensamento Sistêmico.
- (D) pela Aprendizagem Organizacional.
- (E) pela Cultura da Inovação.

20. VUNESP - Inv (PC B(A)/PC BA/2018

Assunto: Gestão por Competências

Os modelos de excelência em gestão colocam como um dos mais importantes objetivos a valorização das pessoas que compõem a organização. Uma das formas de praticar essa valorização é por meio da utilização de uma forma de gestão que contribua para o aprimoramento de habilida-

nistrativos)

Em matéria de ato administrativo, competência administrativa pode ser definida como a atribuição normativa da legitimação para a prática de um ato administrativo.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, são características da competência administrativa.

- (A) imprescritível, improrrogável e irrenunciável;
- (B) indelegável, irrenunciável e prorrogável;
- (C) indisponível, indelegável e renunciável;
- (D) imprescritível, prorrogável e renunciável;
- (E) indelegável, prorrogável e imprescritível.

9. CEBRASPE (CESP(E) - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2021

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

João, servidor público, aliciou um dos seus subordinados a se filiar ao sindicato da categoria a que ambos pertenciam. Em razão desse fato, instaurou-se processo administrativo contra João para apurar sua conduta funcional. Concluído o procedimento, o chefe da repartição, Antônio, aplicou a pena de advertência por escrito pelo ato praticado.

Considerando a situação hipotética precedente, o disposto na Lei n.º 8.112/1990, os requisitos do ato administrativo e os poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

O ato que formalizou a sanção aplicada por Antônio cumpre o requisito competência do ato administrativo.

- () Certo () Errado

10. VUNESP - Inv (PC B(A)/PC BA/2018

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

Um dos requisitos do ato administrativo é

- (A) a competência, pela qual é vedado que um agente público transfira a outras funções que originariamente lhe são atribuídas.
- (B) o objeto, elemento pelo qual todo ato administrativo deve estar dirigido ao atendimento de um interesse público.
- (C) a finalidade, que se expressa no conteúdo, na alteração no mundo jurídico que o ato administrativo se propõe a processar.
- (D) a forma, vigorando no âmbito administrativo o princípio da liberdade das formas, diversamente do que ocorre no campo do direito privado.
- (E) o motivo, que consiste na situação de fato ou de direito que gera a vontade do agente público, quando este pratica o ato administrativo.

11. FGV - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Atributos ou características dos atos administrativos

Em operação conjunta da Polícia Civil (representada por inspetores de polícia, no combate a crimes contra as relações de consumo) com o Município (representado por agentes de vigilância sanitária municipal na repressão a atos infracionais), os agentes públicos constataram que a padaria diligenciada estava repleta de ratos e expondo à venda produtos impróprios para o consumo. Além das providências em âmbito criminal adotadas pelos policiais, diante da urgência que se impunha e com base em expressa previsão legal, os agentes municipais interditaram a padaria.

A citada interdição é um ato administrativo com atributo da.

- (A) imperatividade, que é um meio de execução direta do ato administrativo, mediante imprescindível e prévio controle jurisdicional, admitido o contraditório diferido pelo particular interessado;
- (B) exigibilidade, que é um meio legítimo de coerção direta do ato administrativo, assegurado o posterior controle jurisdicional e admitido o contraditório imediato pelo particular interessado;
- (C) tipicidade, que é um meio de coerção indireta do ato administrativo que prescinde de prévio controle jurisdicional, admitido o contraditório imediato pelo particular interessado;
- (D) autoexecutoriedade, que é um meio de execução direta do ato administrativo que prescinde de prévio controle jurisdicional, admitido o contraditório diferido pelo particular interessado;
- (E) presunção de legitimidade, que é um meio legítimo de execução direta do ato administrativo, desde que assegurado o contraditório imediato pelo particular interessado.

12. CEBRASPE (CESP(E) - Esc Pol (PC AL)/PC AL/2021

Assunto: Atributos ou características dos atos administrativos

Acerca dos atos administrativos, julgue o item seguinte.

A presunção de que os atos administrativos são editados em conformidade com o ordenamento jurídico é relativa, pois admite prova em contrário por parte do interessado.

- () Certo
() Errado

13. VUNESP - Escr (PC B(A)/PC BA/2018

Assunto: Atributos ou características dos atos administrativos

Cabe ao prejudicado fazer prova de que a Administração Pública praticou ato em desconformidade com a lei e com

13. CEBRASPE (CESP(E) - Ag Inv (PC P(B)/PC PB/2022

Assunto: Ação e Omissão

Considera-se crime omissivo próprio

- (A) a corrupção passiva.
- (B) a violação de sigilo funcional.
- (C) o emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- (D) a condescendência criminosa.
- (E) a concussão.

14. CEBRASPE (CESP(E) - Esc Pol (PC P(B)/PC PB/2022

Assunto: Ação e Omissão

Lucas, com 15 anos de idade, conheceu Lívia, com 13 anos de idade, na escola onde estudavam. Com o tempo, ambos se apaixonaram e começaram a namorar. Após terem a primeira relação sexual, Lívia comunicou o fato aos seus pais, os quais, por gostarem de Lucas, convidaram-no a morar junto com Lívia, na casa da família. Lucas, ainda com 15 anos de idade, aceitou prontamente o convite e imediatamente passou a conviver com Lívia, que ainda tinha 13 anos de idade, como marido e mulher, na casa dos pais dela, mantendo, continuamente, relação sexual consentida por Lívia e com a ciência dos pais desta. Considerando essa situação hipotética e o conceito tripartite de crime, assinale a opção correta.

- (A) Apenas os pais de Lívia responderão por crime de estupro de vulnerável, na forma da omissão imprópria, por serem autores mediatos do delito.
- (B) Apenas Lucas cometeu crime de estupro de vulnerável, pois os pais de Lívia não tiveram conhecimento prévio da primeira relação sexual dos menores.
- (C) Lucas é autor do crime de estupro de vulnerável e os pais de Lívia são partícipes pela omissão própria, e cada um deles responderá na medida de sua culpabilidade.
- (D) Lucas é autor do crime de estupro de vulnerável e os pais de Lívia são partícipes pela omissão imprópria, e cada um deles responderá na medida de sua culpabilidade.
- (E) O fato é atípico, em razão do princípio da adequação social, que suprime a tipicidade material.

15. CEBRASPE (CESP(E) - Ag Inv (PC P(B)/PC PB/2022

Assunto: Dolo, Culpa e Preterdolo

Quando o agente pratica o crime com determinado dolo, mas, por culpa sobressai um resultado mais grave do que o esperado, ocorre

- (A) erro de tipo.
- (B) erro de execução.
- (C) crime preterdoloso.
- (D) concorrência de culpa.
- (E) erro de proibição.

16. FGV - Inv Pol (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Dolo, Culpa e Preterdolo

Determinado agente pretende matar uma vítima por asfixia e, achando equivocadamente que ela estaria morta, joga o corpo no rio, causando a morte por afogamento.

Em tal cenário, o agente responderá por.

- (A) crime culposos;
- (B) crime preterdoloso;
- (C) dolo genérico;
- (D) dolo de perigo;
- (E) dolo geral.

17. FGV - Esc Pol (PC AM)/PC AM/4ª Classe/2022

Assunto: Erro de Tipo

Paulo, assustado ao ouvir um barulho vindo da porta de sua casa, e supondo tratar-se de um ladrão, pega sua arma e dispara 5 tiros sem indagar quem estaria do outro lado da porta. Após os disparos, abre a porta e se depara com seu tio, que fora visita-lo sem avisar, morto no chão.

Com relação à teoria do erro, pode-se dizer que estamos diante de uma hipótese de

- (A) erro sobre a pessoa.
- (B) erro na execução.
- (C) erro de tipo permissivo.
- (D) resultado diverso do pretendido.
- (E) erro provocado por terceiro.

18. FGV - Inv Pol (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Erro de Tipo

Perseu, funcionário da loja Olimpo, tem sua atenção chamada para um telefone celular de última geração, exibido por Medusa, outra funcionária do estabelecimento. Ciente de que o salário que ambos recebem não permitiria a aquisição do referido aparelho, Perseu passa a questionar a origem do bem, sendo informado que Medusa o havia recebido de presente de Teseu, seu namorado. Perseu, então, monta um plano para furtar o celular, aproveitando o término antecipado do seu expediente para levar a bolsa de Medusa. Chegando em casa, constata que no interior da bolsa havia uma carteira com cartões e sem dinheiro, maquiagem, guarda-chuva, óculos de sol, óculos de grau, fones de ouvido e o carregador do celular, vindo

polícia.

(C) embora não possa arquivar diretamente o inquérito, as conclusões do delegado de polícia vinculam o órgão do ministério Público responsável promoção de arquivamento ou oferecimento da denúncia.

(D) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; entretanto, ocorrendo o arquivamento por determinação da autoridade competente, pode haver o desarquivamento e continuidade das investigações, desde que surja notícia de novas provas.

(E) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; caso haja o arquivamento por determinação da autoridade competente, não pode haver o desarquivamento e a continuidade das investigações, ainda que surjam notícias de novas provas.

13. CEBRASPE (CESP(E) - Esc Pol (PC P(B)/PC PB/2022

Assunto. Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Assinale a opção correta em relação ao inquérito policial.

(A) O objetivo do inquérito policial é permitir a formação da opinio delicto das pessoas ou instituições responsáveis pela formulação do juízo acusatório, que, via de regra, incumbe ao Poder Judiciário.

(B) A autoridade policial poderá indeferir o pedido de instauração de inquérito feito por pessoa que se julga vítima de fato criminoso, caso constate que se trata de fato atípico.

(C) Trata-se de procedimento administrativo imprescindível para a propositura da ação penal.

(D) Embora a ação penal privada dependa do oferecimento de queixa-crime pela parte legitimada, é dever da autoridade policial instaurar o inquérito, ainda que não haja manifestação da pessoa que tenha qualidade para intentá-la.

(E) A autoridade policial que receber notícia apócrifa de fato criminoso consumado há poucos dias deve instaurar o inquérito e iniciar de pronto as investigações, por força do princípio da indisponibilidade.

14. VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2022

Assunto. Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Tendo em conta as disposições do Código de Processo Penal, a respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

(A) Instaurado o Inquérito Policial, tanto o investigado quanto a vítima poderão requerer diligências, que deverão ser realizadas pela Autoridade Policial.

(B) Nos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, a Autoridade Policial poderá requisitar diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicação que disponibilizem os meios técnicos adequados que permitam a localização da vítima.

(C) A Autoridade Policial não pode determinar o arquivamento do Inquérito Policial, sendo certo que uma vez arquivado por determinação da Autoridade Judicial, somente poderá iniciar novas pesquisas se houver notícias de provas novas.

(D) Instaurado o inquérito policial, a Autoridade Policial poderá requisitar de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada dados e informações cadastrais da vítima e de suspeitos, independentemente do crime investigado.

(E) Sempre que tomar conhecimento de fato criminoso, a Autoridade Policial determinará, de ofício, a instauração de inquérito policial, restando, no entanto, a continuidade da investigação condicionada à manifestação da vítima, em se tratando de crime de ação penal privada.

15. CEBRASPE (CESP(E) - Esc Pol (PC P(B)/PC PB/2022

Assunto. Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Assinale a opção correta a respeito do arquivamento do inquérito policial.

(A) É possível a reabertura das investigações na hipótese de surgimento de novas provas, caso o inquérito policial tenha sido arquivado por determinação judicial em razão da atipicidade do fato.

(B) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o arquivamento de inquérito em virtude da prática de conduta acobertada pelo estrito cumprimento do dever legal obsta seu desarquivamento caso surjam novas provas sobre a excludente de ilicitude.

(C) O arquivamento de inquérito fundamentado na morte do agente faz coisa julgada material, ainda que se reconheça a falsidade da certidão de óbito apresentada.

(D) Ocorre arquivamento implícito quando o órgão de acusação, ao oferecer a denúncia, deixa de se manifestar sobre fato ou pessoa objeto da investigação, não se admitindo a propositura de nova ação penal posteriormente.

(E) O arquivamento determinado por decisão de juiz absolutamente incompetente pode fazer coisa julgada material, a depender do fundamento utilizado, o que impede a instauração de outra apuração sobre o mesmo episódio.

16. FGV - Inv Pol (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto. Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Em decorrência de divórcio judicialmente homologado, Afrodite e Ares tiveram fixada a guarda compartilhada dos seus filhos Eros, Antero e Harmonia. Em determinada data, ao levar as crianças para a residência paterna, Afrodite aproveitou-se da distração de Ares para subtrair, para

LEGISLAÇÃO PENAL

Os crimes hediondos são inafiançáveis e imprescritíveis.

- Certo
 Errado

10. CEBRASPE (CESP(E) - Esc Pol (PC AL)/PC AL/2021

Assunto: Disposições Gerais (arts. 60 a 62 da Lei nº 9.099/1995)

Joacir foi preso em flagrante pela prática de determinado crime. A pena prevista para tal crime é um a quatro anos de reclusão. Ele negou a autoria do crime e acusou a vítima de ter forjado a situação de flagrância.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir. Conclui-se das informações que Joacir praticou crime de menor potencial ofensivo, de modo que cabe ao delegado lavrar termo circunstanciado e encaminhá-lo ao juizado especial criminal.

- Certo
 Errado

11. CEBRASPE (CESP(E) - Esc Pol (PC AL)/PC AL/2021

Assunto: Da Competência e dos Atos Processuais (arts. 63 a 68 da Lei nº 9.099/1995)

Em relação ao processo penal e ao disposto na Lei nº 9.099/1995, julgue os itens subsequentes.

Caso o autor do fato que tenha aceitado a proposta de transação penal prevista na Lei nº 9.099/1995 descumpra as condições, os autos deverão ser conclusos ao juiz para sentença definitiva.

- Certo
 Errado

12. CEBRASPE (CESP(E) - Esc Pol (PC AL)/PC AL/2021

Assunto: Da Competência e dos Atos Processuais (arts. 63 a 68 da Lei nº 9.099/1995)

Em relação ao processo penal e ao disposto na Lei nº 9.099/1995, julgue os itens subsequentes.

A aplicação de pena restritiva de direitos ou multa em proposta de transação penal importa reincidência pelo prazo de cinco anos.

- Certo
 Errado

13. CEBRASPE (CESP(E) - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2021

Assunto: Da Competência e dos Atos Processuais (arts. 63 a 68 da Lei nº 9.099/1995)

No que se refere ao autor do fato criminoso e ao processo penal brasileiro, julgue o item a seguir.

Na citação do acusado de crime de menor potencial ofensivo deverá constar a necessidade de comparecimento do

acusado acompanhado de advogado; a ausência deste caracterizará confissão ficta.

- Certo
 Errado

14. CEBRASPE (CESP(E) - Esc Pol (PC DF)/PC DF/2021

Assunto: Da Fase Preliminar (arts. 69 a 76 da Lei nº 9.099/1995)

Com base no disposto na Lei nº 9.099/1995, julgue o item a seguir.

Em se tratando de crimes de médio potencial ofensivo cuja ação penal seja pública incondicionada, o Ministério Público poderá oferecer transação penal, com aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa.

- Certo
 Errado

15. CEBRASPE (CESP(E) - Esc Pol (PC DF)/PC DF/2021

Assunto: Da Fase Preliminar (arts. 69 a 76 da Lei nº 9.099/1995)

Com base no disposto na Lei nº 9.099/1995, julgue o item a seguir.

A lavratura de termo circunstanciado de ocorrência não acarreta indiciamento do autor do fato.

- Certo
 Errado

16. CEBRASPE (CESP(E) - Esc Pol (PC AL)/PC AL/2021

Assunto: Da Execução, das Despesas Processuais e Disposições Finais (arts. 84 a 92 da Lei nº 9.099/1995)

Em relação ao processo penal e ao disposto na Lei nº 9.099/1995, julgue os itens subsequentes.

A suspensão condicional do processo prevista na Lei nº 9.099/1995 pode ser proposta pelo Ministério Público se se tratar de crimes cuja pena mínima cominada seja igual ou inferior a um ano.

- Certo
 Errado

17. CEBRASPE (CESP(E) - Esc Pol (PC DF)/PC DF/2021

Assunto: Da Execução, das Despesas Processuais e Disposições Finais (arts. 84 a 92 da Lei nº 9.099/1995)

Com base no disposto na Lei nº 9.099/1995, julgue o item a seguir.

O indiciamento de beneficiário da suspensão condicional do processo por novo crime praticado durante a vigência do benefício implica revogação do sursis processual, devendo o juiz, nesse caso, determinar o prosseguimento do feito, sem prejuízo de outras medidas.

ciam as funções de natureza fiscalizatória.

II. Até o século XIX, a história da polícia não poderá ser contada em termos institucionais, porque a organização típica de policiamento ainda não existia, como regra, de forma autônoma.

III. A ausência de uma instituição policial profissional e dedicada exclusivamente às funções de segurança pública explica-se pelo fato de que o próprio conceito de segurança pública não faria qualquer sentido para além da ideia de manutenção da paz em sociedades em que as funções da persecução e a própria aplicação da justiça criminal eram, normalmente, consideradas questões privadas.

São CORRETAS as assertivas.

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.

8. FUMARC - Inv Pol (PC MG)/PC MG/2021

Assunto: Controle da Criminalidade

Marcos Rolim assegura que “qualquer que seja o olhar sobre o funcionamento do sistema de justiça criminal em todo o mundo, ele terá de conter, pelo menos, dúvi das muito consistentes a respeito de sua eficácia. Pode-se, com razão, argumentar que a experiência concreta realizada com a justiça criminal na modernidade está marcada por promessas não cumpridas que vão desde a alegada função dissuasória ou intimidadora das penas até a perspectiva da ressocialização”

(ROLIM, Marcos. A síndrome da rainha vermelha. policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2006, p. 233).

Nesse sentido, tendo como referência o paradigma da justiça restaurativa como forma de eficácia do controle social formal do crime, é correto afirmar, EXCETO.

- (A) Foco na solução do problema; atenção direcionada para o futuro (o que pode ser feito?).
- (B) O crime é definido como violação do Estado, de forma que a natureza interpessoal do conflito é obscurecida.
- (C) O papel da vítima e dos infratores é reconhecido. as necessidades das vítimas são reconhecidas e os infratores são estimulados a assumir responsabilidades.
- (D) Responsabilização do infrator definida a partir do entendimento do mal causado e da decisão de reparar o dano.

9. VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2018

Assunto: Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)(E)

Em relação ao conceito e aos objetos de estudo da criminologia, é correto afirmar que

- (A) a criminologia é o ramo das ciências criminais que define as infrações penais (crimes e contravenções) e comina as respectivas sanções (penas e medidas de segurança)(A).
- (B) o estudo do crime por parte da criminologia tem por objetivo principal a análise de seus elementos objetivos e subjetivos indispensáveis à tipificação penal.
- (C) a preocupação com o estudo da vítima motivou a criação da criminologia como ciência autônoma, sendo este, por consequência, seu primeiro objeto de estudo.
- (D) após os inúmeros equívocos e abusos cometidos a partir das visões lombrosianas, a criminologia moderna afastou-se do estudo sobre o criminoso, pois fundase em conceitos democráticos e respeita os direitos fundamentais da pessoa humana.
- (E) a criminologia extrapola a análise do controle social formal do crime, preocupando-se também com os sistemas informais, e, sob um ponto de vista crítico, pode até mesmo defender a extinção de alguns crimes para determinadas condutas.

10. VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2018

Assunto: Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)(E)

Em relação ao método da criminologia, é correto afirmar que

- (A) as premissas dogmáticas norteiam as diversas linhas e pensamentos criminológicos de modo que se permita a sistematização do conhecimento.
- (B) o método dedutivo é priorizado na criminologia por respeito à cientificidade deste ramo do saber.
- (C) o método empírico tem protagonismo, por tratar-se a criminologia de uma ciência do ser.
- (D) em razão do volume de dados, a criminologia foca suas análises em metodologias quantitativas, reservando às ciências jurídicas as metodologias que têm por base análises qualitativas.
- (E) o método empírico dominou a fase inicial e pré-científica da criminologia, cedendo espaço posteriormente ao método dogmático e descritivo, que melhor se adequa à fase científica e ao reconhecimento da criminologia como ciência autônoma.

11. FUMARC - Inv Pol (PC MG)/PC MG/2021

Assunto: Documentos Médico-Legais

Mulher de 79 anos teve mal súbito, de causa indeterminada, tendo sido socorrida e levada ao pronto atendimento pelo SAMU. Chegou em parada cardiorrespiratória (PCR) e óbito. Como antecedente, era hipertensa, diabética II insulínica e teve queda da própria altura há 1 ano, no quarto, com fratura de pelve, sendo submetida a tratamento cirúrgico. Teve boa recuperação, alta hospitalar, em tratamento fisioterápico e já deambulando normalmente.

Neste caso, é mais aconselhável que a declaração de óbito seja emitida

- (A) no IML, pelo antecedente de trauma com fratura.
- (B) pelo médico do pronto atendimento, que atendeu a paciente em PCR.
- (C) pelo médico do SAMU, chamado ao domicílio.
- (D) pelo ortopedista, que apenas operou a paciente.

12. FUMARC - Inv Pol (PC MG)/PC MG/2021

Assunto: Tanatologia Médico-Legal

Durante uma necropsia, observou-se que o corpo apresentava manchas de hipóstase fixas. Com este dado, é CORRETO afirmar que o tempo de morte é, no mínimo, de

- (A) 12 horas.
- (B) 2 horas.
- (C) 24 horas.
- (D) 6 horas.

13. FUMARC - Inv Pol (PC MG)/PC MG/2021

Assunto: Traumatologia. energia de ordem físico-química (Asfixiologia Médico-legal)

Na perícia de local de um cadáver, foi descrito pelo perito que a morte ocorreu pela constrição do pescoço por um laço que exerceu força ativa, ao passo que o corpo da vítima atuava de forma passiva. O exame necroscópico identificou fratura de cartilagem cricoide e lesão da íntima da carótida interna. Essas informações estão relacionadas à asfixia por

- (A) enforcamento com suspensão típica ou completa.
- (B) esganadura.
- (C) estrangulamento.
- (D) sufocação indireta.

14. FUMARC - Inv Pol (PC MG)/PC MG/2021

Assunto: Documentos Médico-Legais

Com relação aos conhecimentos sobre corpo de delito, perito e perícia em medicina legal e aos documentos médico-legais, é CORRETO afirmar.

- (A) Define-se corpo de delito como o conjunto de vestígios comprobatórios da prática de um crime eviden-

ciado no corpo de uma pessoa.

- (B) O atestado médico equipara-se ao laudo pericial, para serventia nos autos de inquéritos e processos judiciais, devendo ambos ser emitidos por perito oficial.
- (C) Perícia é o exame determinado por autoridade policial ou judiciária com a finalidade de elucidar fato, estado ou situação no interesse da investigação e da justiça.
- (D) Perito oficial é todo indivíduo com expertise técnica na área de sua competência incumbido de realizar o exame.

15. FGV - Ag Pol (RN)/PC RN/2021

Assunto: Balística Forense (externa, interna e armas de fogo)

Um dos métodos mais fidedignos para a pesquisa de pólvora na mão do atirador, também chamado de residuograma, é realizado por meio da.

- (A) diafanoscopia;
- (B) reação de residronato;
- (C) microscopia eletrônica de varredura;
- (D) pesquisa química de chumbo, bário e antimônio;
- (E) microscopia ótica para detecção de grânulos de chumbo.

16. FGV - Ag Pol (RN)/PC RN/2021

Assunto: Documentos Médico-Legais

Um indivíduo é agredido com três disparos de arma de fogo, levado ao hospital e submetido a cirurgia, permanecendo sete dias internado na UTI e recebendo alta no 16º dia de internação.

Para que o perito conclua se houve perigo de vida, na avaliação das lesões é necessário.

- (A) analisar o prontuário médico;
- (B) verificar a presença de cicatriz cirúrgica;
- (C) verificar se houve sequelas decorrentes da agressão;
- (D) se fundamentar na oitiva da vítima durante o exame;
- (E) solicitar a presença do médico que o atendeu.

17. FGV - Ag Pol (RN)/PC RN/2021

Assunto: Tanatologia Médico-Legal

Um cadáver foi retirado da água após dois dias de desaparecimento.

No exame cadavérico, realizado no IML, foi descrita pelo perito a presença de “pés e mãos de lavadeira”, que representa.

- (A) sinal intravitam;
- (B) sinal de arrasto;
- (C) sinal de morte agônica;